ATA Nº 004/2017 – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2017 – Às dezenove horas do dia vinte e quatro de janeiro

do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se em Sessão Plenária Ordinária os Vereadores da Câmara Municipal de Ipê – RS, Oitava Legislatura, na Sala de Sessões Osmar Vargas dos Santos, sob a Presidência do Vereador Paulo Roberto Agustini, Vice-Presidente Vereadora Gislaine Ziliotto, Secretária da Mesa Vereadora Rosane Pereira de Souza, e com a presença dos demais Vereadores: Alecir Benetti, Cassiano de Zorzi Caon, Ivar Guerra, Luiz Carlos Scapinelli, Valdir Pereira Bueno, Valter Luiz Parizotto. O Senhor Presidente, em nome de Deus, declarou aberta a presente sessão, saudando aos presentes e parabenizando o Vereador Cassiano de Zorzi Caon pela passagem do seu aniversário ocorrido no dia vinte e três de janeiro. Antes de entrar nos trabalhos normais, o Senhor Presidente colocou a questão da indicação do Vereador Suplente para fazer parte da Comissão de Legislação, Justiça, Redação Final, Orçamento, Finanças e Saúde, ficando o Vereador Valdir Pereira Bueno. **NO EXPEDIENTE** – Foram apreciadas as Atas nº 001 e 002/2017, sendo aprovadas por unanimidade pelos Senhores Vereadores. A Secretária da Mesa, Vereadora Rosane Pereira de Souza, registrou as correspondências recebidas, sendo: Ofício nº D1278/2016 – GIGOV CX, da Caixa Econômica Federal, comunicando a liberação de recursos financeiros ao Município; Convite Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Ipê; Comunicado de curso da Escola VER de Antônio Prado; Proposta da Rádio Solaris para firmar contrato de prestação de serviços. Prosseguindo, passou-se para a apreciação das proposições dos Senhores Vereadores: “Indicação nº 002/2017, de autoria dos Vereadores da Bancada do PMDB, indicando ao Poder Executivo Municipal para que dentro das possibilidades, sejam realizadas melhorias como patrolamento e cascalhamento da Rua João Righez que dá acesso à propriedade do Senhor Osmar Zampieri e propriedade do Senhor Gilson Dalagnol, sob nº 851, a partir da residência do Senhor Ismael Tessaro, em Vila Segredo”, após a discussão, a Indicação nº 002/2017 foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade pelos Senhores Vereadores; “Moção nº

001/2017, de autoria dos Vereadores Gislaine Ziliotto, Cassiano de Zorzi Caon, Rosane Pereira de Souza e Paulo Roberto Agustini, Moção de Pesar aos familiares pelo falecimento da Senhora Terezinha Pauletti Scapinelli, ocorrido em 15 de janeiro de 2017”; “Moção nº 002/2017, de autoria dos Vereadores Gislaine Ziliotto, Luiz Carlos Scapinelli, Cassiano de Zorzi Caon, Rosane Pereira de Souza e Paulo Roberto Agustini, Moção de pesar pelo falecimento da Senhora Gema Marcon Benetti, ocorrido em 15 de janeiro de 2017”; “Moção nº 003/2017, de autoria dos Vereadores Ivar Guerra, Valter Luiz Parizotto e Valdir Pereira Bueno, Moção de pesar pelo falecimento da Senhora Gema Marcon Benetti, ocorrido em 15 de janeiro de 2017”, após a discussão, as Moções foram submetidas à votação, sendo aprovadas por unanimidade pelos Senhores Vereadores. Dando continuidade, passou-se para os pronunciamentos dos Senhores Vereadores, conforme ordem de sorteio, fazendo uso da palavra os Vereadores Luiz Carlos Scapinelli, Paulo Roberto Agustini e Valdir Pereira Bueno. **NA ORDEM DO DIA** – Emenda Modificativa nº 001/2017 ao Projeto de Lei nº 002/2017, de autoria dos Vereadores Cassiano de Zorzi Caon e Gislaine Ziliotto, membros da Comissão de Legislação, Justiça, Redação Final, Orçamento, Finanças e Saúde. Após a discussão, a Emenda Modificativa nº 001/2017 foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade pelos Senhores Vereadores. Projeto de Lei nº 002/2017, de origem do Poder Executivo, o qual “Autoriza contratação temporária, em caráter emergencial, de excepcional interesse público, de 01 (um) Atendente de Creche, e dá outras providências”. Foram lidos os pareceres da Comissão de Legislação, Justiça, Redação Final, Orçamento, Finanças e Saúde e da Comissão de Educação, Cultura, Lazer, Turismo e Esporte: **“PARECER Nº 003/2017** – Comissão de Legislação, Justiça, Redação Final, Orçamento, Finanças e Saúde. **Projeto de Lei nº 002/2017 INICIATIVA** - Poder Executivo Municipal **EMENTA** – “Autoriza contratação temporária, em caráter emergencial, de excepcional interesse público, de 01 (um) Atendente de Creche, e da outras providências”. **Considerando** que o Projeto de Lei ora apresentado tem por escopo obter autorização Legislativa para contratação temporária de 01 (um) Atendente

de Creche à Escola Municipal de Educação Infantil Sonho e Fantasia, justificando o Poder Executivo que a escola passará atender, no presente ano letivo, crianças de até um ano de idade e que todos os candidatos aprovados em concurso público já foram chamados e apenas um encontra-se em efetivo exercício, e para que o atendimento ao número de alunos matriculados esteja de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil e a normatização do Conselho Municipal de Educação, faz-se necessária a contratação emergencial. **Considerando** que esta Comissão tem conhecimento de documento (Ata) que relata uma advertência ao Poder Executivo Municipal por parte do INSS em relação à rotatividade e excessos de contratos emergenciais. **Considerando** ser a função de Atendente de Creche permanente dentro do Quadro Funcional do Poder Executivo, onde a contratação é uma exceção à regra geral de admissão de pessoal por meio de concurso público. Assim, diante do exposto, no que nos compete analisar, opinamos pelo Parecer Favorável ao Projeto de Lei Executivo nº 002/2017 junto com a Emenda Modificativa nº 001/2017 proposta pelos Vereadores signatários, para que o prazo de contratação de um Atendente de Creche seja para seis meses e que dentro desse período o Poder Executivo proceda à realização de concurso público para provimento do cargo. Este é o parecer. Sala das Comissões, em 23 de janeiro de 2017. Ver. Cassiano de Zorzi Caon – Presidente da Comissão e Ver^a. Gislaiane Ziliotto – Secretária Relatora”. **“PARECER Nº 001/2017** Comissão de Educação, Cultura, Lazer, Turismo e Esporte - **Projeto de Lei nº 002/2017 INICIATIVA** – Poder Executivo Municipal **EMENTA** - “Autoriza contratação temporária, em caráter emergencial, de excepcional interesse público, de 01 (um) Atendente de Creche, e da outras providências”. **Considerando** que os membros da Comissão de Educação, Cultura, Lazer, Turismo e Esporte em análise ao Projeto de Lei em questão, também entendem que o provimento do cargo deva ser através de concurso público, mas obstante há os motivos expostos pelo Poder Executivo que justificam a contratação temporária de um Atendente de Creche. Assim, no que lhes compete analisar, opinam pelo Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Executivo de nº 002/2017 junto com a Emenda Modificativa nº

001/2017 proposta pelos Vereadores Cassiano de Zorzi Caon e Gislaine Ziliotto – Membros da Comissão de Legislação, Justiça, Redação Final, Orçamento, Finanças e Saúde que o prazo para contratação seja de seis meses, devendo ser realizado concurso público para provimento do cargo. Este é o parecer. Sala das Comissões, em 23 de janeiro de 2017. Ver^a. Rosane Pereira de Souza – Presidente da Comissão, Ver^a. Gislaine Ziliotto Vice-Presidente Relatora, Ver. Alecir Benetti – Secretário”. Após a discussão, o Projeto de Lei Executivo nº 002/2017 foi submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade pelos Senhores Vereadores, junto com a Emenda Modificativa nº 001/2017. O Senhor Presidente passou a Presidência a Vice-Presidente Vereadora Gislaine Ziliotto para condução da discussão e votação do Projeto de Lei Legislativo nº 001/2017, de autoria do Vereador Paulo Roberto Agustini, o qual “Altera a redação do Art. 2º da Lei Municipal nº 1.627, de 04 de maio de 2016, a qual determina inserção no Calendário de Eventos Oficiais do Município de Ipê o Projeto Desperta Rio Grande”. A pedido da Presidente, a Secretária da Mesa Vereadora Rosane Pereira de Souza fez a apresentação do Parecer da Comissão de Legislação, Justiça, Redação Final, Orçamento, Finanças e Saúde: **“PARECER Nº 004/2017__Projeto de Lei nº 001/2017 INICIATIVA – Poder Legislativo – Autor Vereador Paulo Roberto Agustini. EMENTA - “Altera a redação do Art. 2º da Lei Municipal nº 1.627, de 04 de maio de 2016, a qual Determina Inserção no Calendário de Eventos Oficiais do Município de Ipê o Projeto Desperta Rio Grande”.** **Considerando** que o Projeto de Lei proposto pelo Vereador Paulo Roberto Agustini tem por objetivo de incluir na redação da Lei Municipal nº 1.627, sancionada e promulgada pelo Prefeito Municipal, o local de realização do Evento Desperta Rio Grande, evento que neste ano será a sexta edição e que as edições anteriores sempre foram realizadas no local especificado no Projeto de Lei em questão. Assim, diante do exposto, o Projeto de Lei nº 001/2017, de autoria do Vereador Paulo Roberto Agustini vem complementar a Lei Municipal nº 1.627 e, no que nos compete analisar, opinamos pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei. Este é o parecer. Sala das Comissões, em 23 de janeiro de 2017. Ver. Cassiano de

Zorzi Caon – Presidente da Comissão, Ver^a. Gislaine Ziliotto - Secretária Relatora”. Após a discussão, o Projeto de Lei Legislativo nº 001/2017 foi submetido a votação, sendo o resultado da votação quatro votos favoráveis dos Vereadores Cassiano de Zorzi Caon, Luiz Carlos Scapinelli, Paulo Roberto Agustini e Rosane Pereira de Souza, tendo quatro abstenções dos Vereadores Alecir Benetti, Ivar Guerra, Valdir Pereira Bueno e Valter Luiz Parizotto. Em virtude do resultado da votação, o Projeto de Lei Legislativo nº 001/2017 foi declarado aprovado por quatro votos pela Presidente em exercício Vereadora Gislaine Ziliotto. Retornando à Presidência, o Presidente Vereador Paulo Roberto Agustini passou para as **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usaram do presente espaço os Vereadores: Ivar Guerra, Paulo Roberto Agustini, Valdir Pereira Bueno, Valter Luiz Parizotto e Cassiano de Zorzi Caon. O Vereador Cassiano de Zorzi Caon solicitou que fosse registrado na presente Ata o que segue: “Com relação ao acordo entre o Sindicato dos Servidores Municipais e o Senhor Prefeito Municipal, conforme Ata, que os cinquenta mil reais que não foram pagos ao INSS pelo Poder Executivo, que o valor seja repassado aos servidores municipais no Vale Alimentação, porque o Sindicato se comprometeu e assinou a Ata afirmando que haveria elementos que comprovariam a existência de EPI – Equipamentos de Proteção Individual e da boa relação entre o Poder Executivo e os servidores municipais justamente para que a Prefeitura Municipal não viesse a pagar esse valor ao INSS, assim os funcionários têm que cobrar do Poder Executivo, pois contribuíram para essa situação do Governo Municipal”. O Senhor Presidente comunicou que a próxima sessão plenária ordinária será no dia sete de fevereiro. Nada mais havendo a tratar, em nome de Deus, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente sessão. Devido a problemas técnicos dos equipamentos, não foi possível a gravação da presente sessão, sendo que, desta forma, não será inserido o áudio no site da Câmara. Eu, Adriana Faé Marcanzoni, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada pelos Senhores Vereadores, irá pelo presidente e Secretária assinada.

Ver. Paulo Roberto Agustini

Presidente

Ver^a. Rosane Pereira de Souza

Secretária